



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Formação profissional

### DESAFIOS DA FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL SOB OS IMPACTOS DA PANDEMIA

FABRÍCIA CRISTINA DE CASTRO MACIEL <sup>1</sup>

#### Resumo:

O artigo tem por objetivo iniciar uma reflexão sobre o processo de formação de assistentes sociais em Portugal, sem aprofundamento na genealogia e história, a partir dos preceitos da Declaração de Bolonha e influência dos paradigmas da era digital. Aponta algumas especificidades quanto o ensino e aprendizagem no curso de Serviço Social, explicitando as competências e habilidades para a prática profissional. Por meio de revisão de literatura foram identificadas características vivenciadas no período do distanciamento social devido a pandemia da Covid-19, bem como impactos e desafios para a formação, conseqüentemente, para o enfrentamento da *questão social* agravada pela crise sanitária.

**Palavras-chave:** Serviço Social, formação profissional, pandemia, questão social

#### Abstract:

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Aberta De Portugal

---

The article aims to start a reflection on the process of training social workers in Portugal, without delving into genealogy and history, based on the norms of the Bologna Declaration and influence of the paradigms of digital age. It points out some specificities regarding teaching and learning in the Social Work course, explaining the skills and abilities for professional practice. Through a literature review, characteristics experienced in the period of social distance due to the Covid-19 pandemic were identified, as well as impacts and challenges for training, consequently, to face the social question aggravated by the health crisis.

**Keywords:** Social Work, professional training, pandemic, social question

## 1. INTRODUÇÃO

Em Portugal o Serviço Social é uma profissão com pouco mais de oitenta anos de existência, cuja formação foi estabelecida em meados dos anos de 1930, vinculada ao setor privado e sob a modalidade presencial, entretanto, assegurada sua acreditação na licenciatura por meio do Ministério da Educação nos anos de 1980. Contexto este marcado pelo início da experiência neoliberal, a União Europeia ratifica tal direção política no campo da Educação Superior com a *Estratégia de Lisboa*, sendo a *Declaração de Bolonha*, entendida como aspecto chave deste processo.

A crise sanitária da Covid-19 impôs um regime de ensino remoto visto a necessidade do distanciamento social (para o não espalhamento do vírus) com repercussões que se tornaram objeto necessário e potente de investigação. Essa exigência generalizada colocou os gestores da educação e a comunidade acadêmica diante de diversas questões que se estenderam a todos os níveis e condições do ensino e formação, com assimetrias e desafios, a exemplo: acesso a internet e equipamentos informáticos tanto para estudantes e professores; adequações de processos de ensino-aprendizagem; construções de novas estratégias de formação; carácter *coletivo-social* da aprendizagem diante do afastamento do convívio escolar-universitário; exacerbação do individualismo etc.

São complexas e de longa data a importância de aprofundamento sobre tais temáticas, contudo, a investigação proposta para esse artigo circunscreve em perceber a realidade do ensino superior de Portugal, mais especificamente o universo do curso de Serviço Social, sob as especificidades do período pandêmico. Esse curso, cuja formação profissional é de carácter interventivo, tem como pressuposto a articulação entre teoria e prática estruturante do percurso formativo e da aprendizagem dos futuros assistentes sociais. Portanto, é pertinente analisar cientificamente quais foram os impactos da pandemia, a fim de desvelar o estado em que estamos e os desafios para a formação, consequentemente para o exercício profissional. Para tanto, as perguntas de partida realizadas foram: como e em que condições a pandemia afetou o processo de formação nos cursos de Serviço Social? e; quais os desafios enfrentados e as reflexões a serem desenvolvidas?

Ressalta-se que estas perguntas genéricas tiveram a intencionalidade de alcançar um panorama mais amplo, o que exigirá maior investimento teórico e empírico em um segundo momento. A presente etapa da investigação teve como metodologia a revisão bibliográfica sobre os impactos da pandemia na formação superior em Portugal, no período entre 2020 e 2021, a procura de identificar especificamente esta dinâmica para os professores e alunos do Serviço Social. Tem-se esclarecido que por meio de motores de buscas na plataforma virtual ‘*google acadêmico*’ o alcance do conteúdo é limitado, entretanto, a urgência da reflexão foi resultado deste recorte, que trouxe dados e pistas fundamentais para o exame e análises da questão proposta, acrescida da experiência profissional da autora como professora do curso de Serviço Social em uma Universidade privada em Portugal. Ainda, abrindo novas pistas para futuras investigações no âmbito da educação superior e o Serviço Social.

## **2. AS ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS NA CONTEMPORANEIDADE**

O Serviço Social português, criado sob o legado de instituições de ensino privado, “[...] vinculadas ao Patriarcado de Lisboa, à Diocese do Porto e à Junta da Beira Litoral”,<sup>2</sup> (MARTINS; TOMÉ, 2019, p. 385), foi legitimado como formação superior em 1961, na área das Ciências Sociais, com grau acadêmico de licenciatura assegurado somente em meados da década de 1980 pelo poder público, por meio do Ministério da Educação.

---

2 Instituído-se três Institutos de formação em Serviço Social, que se passaram por processo de laicização após 1974.

Caracterizado pelo ensino presencial, inicialmente influenciado por várias entidades e correntes de pensamento, tais como a medicina social, a doutrina social da igreja católica, a filantropia e o pensamento nacionalista do Estado Novo [fascista], com plano de estudos de três anos, segundo Carvalho, Teles e Silva (2017).

Em 1956, afirmam as mesmas autoras, são observadas transformações na formação tanto no que diz respeito ao tempo (passando para quatro anos), quanto nos valores e na introdução de novos métodos e conteúdos baseados nas ciências sociais. Assume-se a partir daí um percurso formativo influenciado por “[...] novos movimentos sociais dos anos 60 anticoloniais, antiguerra, antirracistas, feministas, académicos e sindicais, traduziram-se em grandes transformações a nível dos Estados Unidos da América e da Europa resultando num contexto favorável à renovação do Serviço Social.” (CARVALHO; TELES; SILVA, 2017, p. 4). Este também afetado pelo movimento *reconceituação* da América Latina, mais especialmente pelo brasileiro.

Relevante citar que em meados dos anos de 1980, foi assinado um protocolo de cooperação científica internacional entre o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSS) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que resultou na qualificação académica de mestres e doutores em Serviço Social e, conseqüentemente, sucedendo a “criação de mestrado e de doutoramento em Serviço Social, reconhecidos pelo ministério da tutela, respetivamente em 1995 e 2003.” (MARTINS; TOMÉ, 2019, p. 388). Expõem tais autoras que somente a partir dos anos 2000 foram criados os primeiros cursos de Serviço Social no ensino público universitário, e em seguida a 2002 foram acolhidos pelo ensino politécnico. Atualmente, em Portugal há 17 cursos de licenciatura em Serviço Social reconhecidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), todos presenciais.<sup>3</sup>

Como assevera Martins (2021, p. 87) “O Serviço Social é uma profissão indissociável do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, não se constituindo num bloco homogêneo”, logo, exige uma formação competente e consistente para alcançar a complexidade do sistema e realizar as disputas de direção. Isso quer dizer a apropriação de bases teóricas, metodológicas, tecnológicas e operativas (ferramentas, instrumentos e técnicas aprimoradas), política, ética e cultural, a ter em vista o carácter social da aprendizagem para uma intervenção mais efetiva e comprometida com a classe trabalhadora.

---

3 Uma leitura detalhada e crítica sobre o percurso do Serviço Social português encontra-se em Martins e Tomé (2019), Carvalho (2015; 2017) dentre outros investigadores.

Neste sentido, advogamos por uma formação ancorada na perspectiva crítica, que a partir das sucessivas aproximações com a realidade social procura-se superar a aparência dos fenômenos sociais, para um entendimento mais alargado e profundo das contradições da sociedade contemporânea e das manifestações da *questão social*. Torna-se igualmente relevante situar que os fundamentos do Serviço Social perpassam por conhecimentos relacionados principalmente<sup>4</sup> as teorias do Estado e as políticas sociais, a economia política, os direitos humanos e sociais, a filosofia e a ética, a sociologia, a gestão e o planeamento, a arriscar uma preparação para a intervenção social empenhada com os interesses da classe que vive-do-trabalho e a defesa de um novo horizonte societário: de vida, individual e coletivo.

No Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal,<sup>5</sup> explicitam-se os valores e princípios a serem almejados e defendidos pela categoria em processo de formação e na atuação profissional, respetivamente: i) dignidade, liberdade e justiça; ii) direitos humanos, responsabilidade coletiva; integridade e confidencialidade profissional; sustentabilidade ambiental e da comunidade. Estes valores e princípios se materializam por meio dos atos e competências específicas da profissão, nos diversos setores de atuação.

A formação dos assistentes sociais, pressupõe a construção de estruturas cognitivas de conhecimento teórico interdisciplinar, mas também um saber operacional que investe o conhecimento teórico na ação e o transforma pelo confronto com o real. Esta formação exige estágio em contexto real de trabalho, articulado com processos de aprendizagem em situação de prática simulada. (Menezes, 2021, p. 9).

Assim, o processo de ensino e aprendizagem em Serviço Social deve ter como finalidade proporcionar aos discentes um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências para alcançarem seu objeto de intervenção de forma reflexiva, crítica e ética, que é a *questão social*. Para tanto, deve conhecer teórica e historicamente os fundamentos da profissão; apropriar das metodologias, ferramentas e instrumentos para operacionalizar a intervenção contribuindo para o acesso aos direitos sociais e a cidadania; bem como estar atento à dimensão político-pedagógica com o objetivo de ampliar o espectro de atuação junto ao público, a fazer reflexões sobre a realidade social e a consciência de classe, impulsionando a luta coletiva por uma sociedade diversa, livre

---

4 Encontram-se explicitadas algumas das bases de fundamentação, sem a intenção de menosprezar as demais que compõem a formação em serviço Social.

5 Aprovado em 25 de outubro de 2018 e disponibilizado pela Associação de profissionais do Serviço Social (APSS) de Portugal.

de todas as forma de opressões, violações de direitos, violências e injustiças.

De acordo com Pastorini (2004, p. 12) “[...] podemos dizer que existem diferentes versões da *questão social* nos diferentes estágios do capitalismo, e, portanto, diferentes respostas dadas a ela por parte da sociedade no decorrer da história [...]”. Ao tratarmos do tempo circunscrito à pandemia, identificamos que as contradições do sistema capitalista se tornaram mais evidentes e exacerbadas, o que requer o aprimoramento da capacidade de leitura da realidade e de intervenção, por meio da formação continuada, a mobilizar os conhecimentos e competências na construção de planos de ação junto a população atendida, articulando a rede de serviços e as políticas públicas substantivas.

### **3. O PROCESSO DE BOLONHA E A INFLUÊNCIA DA ERA DIGITAL NO MODELO DO ENSINO SUPERIOR**

Brevemente, é necessário dar um passo atrás para análise do ensino superior em Portugal, marcado por um processo de reorganização, materializado a partir da Declaração de Bolonha (1999) com a inicial adesão de 29 países europeus,<sup>6</sup> mas que vem atingindo outros sistemas educacionais pelo mundo, tal como países da América Latina. O final do século XX e início do século XXI foram assinalados por crise econômica e financeira, em que o Estado sob configuração neoliberalismo institui um programa de rígida austeridade fiscal imposto pela *Troika*, afetando todas as políticas sociais, fragilizando as condições de vida de grande parte da população, sendo o Processo de Bolonha o construto no campo da Educação.

Segundo Martins & Carrara (2014) ao investigarem a influência de Bolonha para o curso de Serviço Social, indicam que tocou profundamente o percurso e a qualidade da formação, apesar das intencionalidades prescritas no documento.<sup>7</sup>

---

6 Em 2009 já contava com a adesão de 46 países, de acordo com Martins e Tomé (2019). Salienta-se que a literatura utiliza as expressões Declaração, Acordo ou Processo Bolonha a depender da ênfase que se pretende alcançar.

7 A Declaração de Bolonha (19/06/1999) teve os seguintes objetivos de forma sumarizada: adoção de um sistema com graus académicos de fácil equivalência a promover a empregabilidade dos cidadãos europeus e a competitividade do Sistema Europeu do Ensino Superior; criação de um sistema de créditos a convergir os modelos de ensino de países europeus, facilmente reconhecíveis e comparáveis; incentivo à mobilidade com a livre circulação de estudantes, professores e investigadores. O modelo integrado e de convergência se baseia em três ciclos/etapas de formação superior (licenciatura, mestrado e doutoramento).

Todo o conjunto de conquistas na formação e no trabalho profissional que se alinhou por uma intervenção qualificada – o desenvolvimento de projetos, a participação no planeamento, a gestão e avaliação dos serviços e das políticas públicas –, reforçando a legitimidade da profissão, foi sendo desmantelado com o enfraquecimento do Estado Social português, com o Processo de Bolonha no contexto da crise de 2008. (Martins & Carrara, 2014, p. 216).

De acordo com Carvalho & Pinto (2015), com tal Acordo houve a diminuição do tempo de formação nas licenciaturas, que perfaziam entre cinco ou quatro anos, passando para a imposição de seis ou sete semestres, o que levou a necessidade de revisões das matrizes curriculares e dos planos de estudos, conseqüentemente da quantidade de ECTS.<sup>8</sup>

Os propósitos da aprendizagem no ensino superior presumem criar condições objetivas e subjetivas a instrumentalizar a atuação profissional diante das complexas exigências do mundo contemporâneo, mas não somente. Portanto, a/o futuro assistente social, para lidar com as contradições, as dinâmicas e os desafios dos contextos económico-sociais construídos historicamente, precisa de uma formação que não seja imediatista, não esteja calcada na lógica utilitarista do mercado, nem culpabilize os indivíduos pelas mazelas e impedimentos oriundos do modo de produção capitalista do tempo presente. Tampouco que desconsidere as diversidades culturais, os desafios ambientais e os avanços tecnológicos.

A corroborar com esta conjunção, chama a atenção o aspecto que diz respeito a revolução digital, a promover mudanças profundas nos processos educativos e nos processos de trabalho. De acordo com Nóvoa (2020), vários autores, de tendências específicas (neurocientistas, especialistas do digital, defensores da inteligência artificial) vêm escrevendo sobre o “futuro da educação”, a nutrir, sob distintas formas, o anseio de uma educação sem escolas, cujos pontos comuns são: “a redução da educação às aprendizagens; a construção de uma visão hiperpersonalizada das aprendizagens; e a defesa de uma perspectiva consumista da educação.” (p.36).

Nesta direção, para Nóvoa (2020, p. 36-37) há um arriscado movimento relacionado à necessidade de um novo modelo escolar a indicar para superação da educação como um bem público e um bem comum, a sucumbir as dimensões de

---

<sup>8</sup>Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS) foi desenvolvido pela Comissão Europeia no sentido de estabelecer procedimentos comuns para garantir o reconhecimento académico de períodos de estudo no estrangeiro que permitiram medir e comparar resultados académicos e transferi-los de uma instituição para outra. Disponível em <https://www.ulisboa.pt/info/sistema-europeu-de-transferencia-de-creditos-ects>.

socialização e de convivialidade, e a ignorar que a escola constitui uma instituição central para a vida social. Diante disso, o autor propõe uma reflexão sobre a importância de revisão do modelo escolar, ainda com características marcantes do século XX, a envolver com cautela as prescrições da era tecnológica e digital, sem perder de vista a essência da escola que é “*conseguir que os alunos aprendam a pensar.*” (Nóvoa, 2020, p. 40). Ou seja, a tecnologia permite diversificar e ampliar as formas de acesso a informação, entretanto, a formação intelectual, política e cultural circunscreve processos de conhecimento que se estabelecem no campo coletivo, na relação com o *Outro*, no convívio com a diferença e a diversidade. Ainda, a educação formal perpassa o engajamento em processos de aprendizagem, o que exigem tanto o empenho individual, quanto são indispensáveis as trocas e envolvimento coletivo para alcançar o conhecimento.

A considerar o decurso de *globalização*, a crise socioambiental (a desencadear vultuosos seguimentos migratórios)<sup>9</sup> e sanitária que atravessamos, com a agudização do Estado neoliberal<sup>10</sup> (sob distinções de modelos de “bem-estar”), somada a financeirização da economia, bem como a robotização e *uberização* dos processos de trabalho, torna-se cada vez mais urgente tratarmos da educação formal com rigor e atenção às novas imposições, seja de caráter teórico, político, metodológico ou tecnológico.

A revolução cibernética/digital viabilizou transformações estupendas em diversos campos do conhecimento acarretando, por um lado, avanços extraordinários em relação aos processos de produção e circulação de mercadorias, aos equipamentos de informática e instrumentos da medicina, dentre outros; e, por outro lado, contribuiu para agravar a exclusão social (sem que tivéssemos a inclusão digital como suposto) com diminuição de empregos, a falta de acesso a equipamentos de alto custo, a exigência de formações altamente especializadas para o trabalho informatizado.

Nesta direção as tecnologias de informação e comunicação (TICs) provocaram mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, imputando novo paradigma para a educação formal, sem as equivalentes condições de acesso,

---

9 Para saber mais são vários os documentos produzidos pela Cepal, pelo Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), dentre outros.

10 Como afirma João Rodrigues (2022): uma “[...] Estado seletivamente forte [...]” para garantir os interesses (propriedade e contratos) da classe dominante, e disciplinador para com a classe que vive-do-trabalho (p. 24).



principalmente para a população economicamente mesmo favorecida, dentre eles, jovens, adultos e idosos. Mais especificamente a formação superior vem passando por alterações a abrir uma janela de oportunidade para refletirmos sobre suas bases epistemológicas e metodológicas.

Tal percurso de transformações se acelera com o fenômeno da pandemia, a instigar profissionais da educação, em seus diversos campos, a analisar os desafios e possíveis assimetrias provocadas pela migração do ensino presencial para a modalidade remota no período de exigência de distanciamento social. Cabe destacar que em Portugal não há licenciaturas do curso de Serviço Social na estratégia de ensino a distância (EaD), apesar do ensino superior ter sofrido com o aumento de custos e valores das propinas<sup>11</sup> não subsidiado pelo poder público e suportados pelos estudantes, bem como passado por fragilizações conforme apresentamos anteriormente em função do Processo de Bolonha.

Neste contexto e sob as novas prescrições criadas para superar as limitações das restrições da pandemia, também ocorrerem modificações substanciais no exercício profissional de assistentes sociais. Como a prática e a teoria no Serviço Social devem, impreterivelmente, estarem articuladas a compor uma unidade, torna-se incontornável refletirmos sobre a formação continuada e a prática de assistentes sociais que intervém quotidianamente nas contradições da *questão social*, a propor alternativas que aglutinem as potencialidades viabilizadas pelas tecnologias e, ao mesmo tempo, refutem suas tendências excludentes e opressivas. Registra-se outra temática fulcral para a formação, diz respeito a supervisão de estágio, que sofreu consideravelmente com as modificações requeridas pelo distanciamento social, entretanto, este é um conteúdo que deve ser aprofundado em outro momento.

#### **4. OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM SERVIÇO SOCIAL**

A pandemia provocada pelo vírus da Covid-19 afetou a todo o conjunto da sociedade, entretanto, de forma diferenciada, a ter em conta: as condições objetivas e subjetivas de vida das populações dos diversos países de capitalismo central, periférico

---

<sup>11</sup> Em Portugal o termo propina diz respeito a taxa de matrícula e/ou de mensalidades na Universidades e nos Institutos Politécnicos.

ou semi-periférico;<sup>12</sup> a forma de gestão da crise sanitária; e os investimentos governamentais dispensados tanto para o enfrentamento da doença, quanto para a viabilização de políticas econômicas e sociais que viessem mitigar o efeito devastador para a classe trabalhadora.<sup>13</sup> Vale lembrar que de acordo com a Oxfam (2022), “Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos”.

A identificação dos impactos desta pandemia no processo formativo no ensino superior em Portugal,<sup>14</sup> examinadas a partir de produções acadêmicas apontaram principalmente para as dimensões socioeconômicas (preocupação com a perda do emprego e com as condições da saúde física), pedagógicas (acesso e qualidade das aulas, acesso aos materiais e insegurança para realização das avaliações), socioemocionais (saúde mental e competências digitais) e éticas (inclusive cybersegurança) como muito relevantes na compreensão deste processo. Algumas escolas de ensino superior procuraram realizar inquéritos/questionários<sup>15</sup> junto a população em geral, ou mesmo com seus próprios alunos<sup>16</sup> para perceberem as preocupações e as alterações factuais experimentadas neste período. De acordo com Luz, Fonseca e Franco (2021) “[...] mostram que as medidas de confinamento impostas afetaram a forma de estar, de aprender e de ensinar.”

Tais dimensões perpassam relativamente as instituições de Ensino Superior (IES); aos professores, aos discentes e aos pais destes últimos. Sob a perspectiva das IES, alguns desafios e alterações relacionadas à gestão compreendem: a necessidade de migração das metodologias de ensino e de aprendizagem para plataformas digitais (ensino *on-line*); exigências de adequações de processos de ensino-aprendizagem e recursos digitais educacionais; construções de novas estratégias de formação; imperativo

---

12 Esta última expressão apresentada por Boaventura Souza Santos, em que enquadra Portugal (1995).

13 Ressalta-se que foi amplamente divulgado nas mídias que: “Os 10 homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas durante a pandemia enquanto a renda de 99% da humanidade cai, revela novo relatório da Oxfam, A Desigualdade Mata.”

14 Vale recorrer ao abrangente estudo bibliográfico de Vieira e Silva (2020).

15 A exemplo do realizado pelo ISCTE denominado “O Impacto Social da Pandemia Estudo ICS/ISCTE Covid-19 (2020).

16 A exemplo do artigo da Revista Lusófona: Impactos do ensino remoto no ensino superior privado em Portugal: competências socioemocionais e digitais (2021).

de viabilização de novas formas de interação com aluna/os; necessidade de investimento em plataformas de ensino que respondam às necessidades e garantam a privacidade e segurança dos dados; importância da formação de docentes em ensino *on-line*; necessidade de garantir um rácio docente/estudante adequado ao modelo de ensino aprendizagem; revisão dos processos de avaliação.

A partir do corpo docente, das e dos estudantes, foram identificadas dificuldades e incongruências nos quesitos relacionados: ao acesso a internet e equipamentos informáticos; ambientação às plataformas e ao modelo de ensino; exigência de novas competências para lecionação; importância da autonomia, principalmente a digital, e de gestão do tempo para estudos; aprendizagem de novas formas de integração entre estudantes, estudantes-professores; ausência do carácter *coletivo-social* da aprendizagem diante do isolamento do convívio escolar-universitário; exacerbação do individualismo.

Nestes aspetos, retomamos a relevante contribuição de Nóvoa (2020, 2021), tal como já apresentado, quanto às três tendências do modelo educacional inscrito na era digital, a reafirmar os processos de *domesticação, hiperpersonalização e digitalização da educação*. Ou seja, no conjunto da educação formal, bem como no Serviço Social, o distanciamento social aligeirou e agudizou um processo que já vem sendo discutido e colocado em questão por educadores comprometidos com a educação como um bem público, espaço de estímulo ao conhecimento e ao aprender a pensar.

Ainda cabe um destaque para a dimensão socioeconômica em relação aos impactos da pandemia no processo formativo das e dos estudantes, seja em função da ambiência apropriada para o estudo ou pelo acesso adequado a equipamentos e rede de internet. Uma importante reflexão que se coloca neste contexto a corroborar com nossas análises diz respeito aos estudantes internacionais também afetados em suas formações pela pandemia, tal como apontam as investigadoras Iorio, Silva e Fonseca:

Tendo em conta a diversidade dos estudantes internacionais em Portugal, relativamente ao país de origem, género, idade, estado no ciclo de vida e classe social, é natural que os impactos da COVID-19 não sejam sentidos por todos com a mesma intensidade, afetando particularmente os indivíduos mais vulneráveis do ponto de vista económico e social. (2021, pp. 156).

Por outra perspectiva, de acordo com Luz; Fonseca e Franco (2021, p.51) “[...] a utilização das tecnologias, exploradas nas aulas *on-line*, representam uma grande

possibilidade de dinamização do ensino pós-pandemia, e que as competências digitais são estrategicamente importantes no contexto das transições ecológica e digital.” Quer dizer, identificamos nos estudos, tendências que atravessaram o período em que várias restrições foram implementadas para a população em geral e, especificamente para as e os estudantes, a apontar elementos reflexivos a corroborarem com a leitura crítica do cenário.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICS) nos processos formativos da educação formal viabilizou a continuidade do ano letivo no período de distanciamento social, no entanto, revelou-se inconsistências, incongruências e desafios que precisam ser superados. As alterações metodologias realizadas em função do ensino remoto tiveram como referência a experiência do “ensino à distância”, entretanto, o modelo síncrono exige distintas adaptações para corresponderem e adequarem a formação a responder aos requisitos da aprendizagem em cada área do ensino, considerando as competências e habilidades correspondentes ao exercício profissional. Ou seja, as reconfigurações dos processos e percursos de ensino-aprendizagem devem ser sensíveis e atender as especificidades de cada profissão.

Portanto, é incontornável que os desafios do processo de ensino e aprendizagem sejam explicitados trazendo à tona aspectos que contribuam para o conhecimento da realidade e a construção de caminhos inclusivos às e aos estudantes e toda a comunidade acadêmica. Neste sentido, do ponto de vista metodológico e operativo, destaca-se a importância de se criar maneiras a alcançar e envolver discentes, educadores e familiares na tarefa de construir um modelo de ensino que acolha o digital/TICs, sem perder do horizonte o convívio social, as interações, as construções coletivas, a capacidade argumentativa, a possibilidade da experiência com a diversidade (de pensamentos, étnico-cultural, sexual, religiosa), e com outras referências sociais e condição de classe.

No que tange a dimensão político-econômica, vale destacar que as condições materiais da população nem sempre são suficientes para adquirir acesso a internet de qualidade, equipamentos adequados e até formação digital, o que pressupõe um posicionamento político do Estado para que haja investimentos insuficientes a garantir

acessibilidade, conectividade e adaptabilidade aos novos tempos, a beneficiar que universo das e dos estudantes e da população em geral.

Ainda são pertinentes os apontamentos quanto aos dilemas éticos que envolvem o modelo de formação que tem como referência o uso das TICs, que circunda desde a (in)segurança dos utilizadores das redes quanto aos seus dados pessoais, até os processos avaliativos e as desiguais condições de acesso das e dos estudantes. Tal dimensão também requer investimentos monetários em cyber-segurança; aprovação de legislações rigorosas que limitem o uso de informações das e dos usuários das plataformas para manipulação de dados e identificação de “perfis”; bem como a importância de aprimoramento dos processos avaliativos de maneira a alcançar o percurso da aprendizagem das e dos discentes, evitando-se os métodos positivistas.

Na particularidade do ensino superior, cujo nível de autonomia, capacidade cognitiva, de gestão e organização das e dos estudantes devem ser mais elevados, as dificuldades no processo de aprendizagem e adaptabilidade ao modelo remoto devem despertar a atenção e requerem compromisso e sensibilidade da comunidade académica e dos governantes. No caso específico do Serviço Social, em que a formação de competências e habilidades pressupõem capacitação para a intervenção nas contradições do sistema e nas manifestações da *questão social*, é proeminente o significado de aspectos como: convívio, trocas de experiências, contato com a prática profissional, articulação de saberes, construção de rede etc. Portanto, somam-se os desafios gerais do ensino na era digital às singularidades da formação de assistentes sociais, a convocar-nos para a produção de conhecimento e estratégias concretas a responder as exigências do tempo histórico.

Ressalta-se que a *pesquisa empírica* a ser realizada especificamente nos cursos de Serviço Social trará novos elementos e contributos para a reflexão e resultados quanto as assimetrias e desafios desta profissão diante das construções relacionadas à formação e ao exercício profissional para o enfrentamento da *questão social*.

## REFERÊNCIAS:

- APSS. Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. 2018.
- BRITO, E. B. C. *As Implicações do Processo de Bolonha na Formação de Professores: um estudo nas Escolas Superiores de Educação em Portugal*. Tese doutoramento,

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Psicologia e Educação. Universidade da Beira. 2012.

CARVALHO, C.; PONTES, A. S. Algumas reflexões sobre o impacto da crise pandémica no Ensino Superior. Instituto Superior Técnico. 2021.

CARVALHO, M. I.; CARNEIRO, H. B.; GARCIA, A. P.; VEIGA, J. D. O sistema de ensino em serviço social pós Bolonha: uma visão crítica. Londrina, Rev. Serviço Social, v. 15, n.2, 2013. pp. 197-220.

CARVALHO, M. I.; PINTO, C. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 121, 2015. pp. 66-94.

CARVALHO, M. I.; TELES, H.; SILVA, T. *Serviço Social em Portugal: da formação à profissão*. Mimeo, Lisboa. 2017.

CHAUÍ, M. S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP. 2001.

GARCIA, A. P. Serviço Social no ensino Graduado e Pós-graduado em Portugal. In: *Serviço Social em Educação*, 2018. pp. 185-199.

GEMELLI, C. E.; CERDEIRA; L. Covid-19: impactos e desafios para a educação superior brasileira e portuguesa. In book: *Janelas da Pandemia*, 2020. pp.115-124.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6ª. São Paulo: Cortez, 2003.

IORIO, J. C., SILVA, A. V.; FONSECA, M. L. O impacto da Covid-19 nos e nas estudantes internacionais no ensino superior em Portugal: uma análise preliminar. *Finisterra*, 55(115), 2021. pp.153-161.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O Processo de Bolonha, a Avaliação a Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova, São Paulo: *Revista Avaliação*, v. 13, n. 1, 2008. pp. 7-36.

LUZ, F.; FONSECA, M.; FRANCO, D. Impactos do ensino remoto no ensino superior privado em Portugal: competências socioemocionais e digitais. *Revista Lusófona de Educação*, 54, 2021. pp. 49-64.

MAGALHÃES, P.; GOUVEIA, R.; LOPES, R. C.; SILVA, P. A. O Impacto Social da Pandemia  
Estudo ICS/ISCTE Covid-19, 2020.

MARTINS, A. M. C.; CARRARA, V. A. Serviço Social português e brasileiro em diálogo. Rio de Janeiro: *Em Pauta*, n. 33, v. 12, 2014. pp. 205- 227.

MARTINS, A. M. C.; SANTOS, C. M. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. Florianópolis, *Revista Katálysis*. v. 19, n. 3, 2016. pp.

324-332.

MARTINS, A.; TOMÉ, R. M. Neoliberalismo e Serviço social português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho. In: Serviço social na história: América Latina, África e Europa. (Orgs) YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. São Paulo: Cortez, 2019. pp. 384-408.

MENEZES, N. Ser assistente social: A formação acadêmica em serviço social (Portugal) enquanto elemento estruturante e identitário. *Revista Temas Sociais*, n.1, 2021. pp.104-121.

MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NÓVOA, A. A metamorfose da escola. *Revista Militar*, v.72, n. 1, 2020. pp. 33-42.

NÓVOA, A. A liberdade está no diálogo. *Diálogos com António Nóvoa: Reflexões sobre modelos de formação de professores/as e redes colaborativas entre escolas e universidades entre Portugal e Brasil*, v. 28, Centro de Estudos Sociais, 2021.

OXFAM. Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/>. Acesso: 27 de agosto de 2022.

PASTORINI, A. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez. *Coleção questões da nossa época*, v. 109, 2004.

RODRIGUES, J. O Neoliberalismo não é um Slogan. Lisboa: Tinta da China, 2022.

SANTOS, S. B. Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Revista Análise Social*. v.XXI,1985.

VIEIRA, M. F; SILVA, C. M. S. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. *Brazilian Journal of Computers in Education*, v. 28, 2020.